Esquerda Socialista

Director: Augusto Mateus

Órgão do Movimento de Esquerda Socialista

Ano I N.º 37 / 9 de Julho de 1975 Preço 3$00

UNIR AS MASSAS NA LUTA PELO PODER POPULAR!

ASSEMBLEIA DO M.F.A. — DECISÃO HISTÓRICA

CONSTRUIR O PODER POPULAR PARA FAZER A REVOLUÇÃO SOCIALISTA!

A Assembleia do M. F. A. tomou medidas históricas para o avanço do processo revolucionário.

O M. E. S. saúda a A. M. F. A., os soldados, marinheiros e oficiais progressistas e revolucionários do M. F. A. que demonstraram estar dispostos a avançar decisivamente na via da construção do PODER POPULAR único caminho certo para fazer a REVOLUÇÃO SOCIALISTA.

O M. E. S. apela aos seus militantes, aderentes e simpatizantes, às comissões de Trabalhadores, Moradores e Conselhos de Aldeia para incentivarem a sua acção e ligação mútua no sentido de tornarem uma realidade a ligação com as estruturas democráticas das Unidades Militares (Assembleias de Delegados de Unidade — ADUS).

O M. E. S. apela à iniciativa popular no sentido de isolar de vez todos os partidos burgueses e traidores à luta pela emancipação das classes trabalhadoras.

O M. E. S. apela à unidade da classe operária em volta das justas palavras de ordem da dissolução do Governo Provisório de conciliação de classes e pela formação de um *Governo de Unidade Revolucionária!*

Pela tomada de medidas económicas populares e revolucionárias!

Pela construção do PODER POPULAR única garantia de demolir o Estado burguês e fazer a REVOLUÇÃO SOCIALISTA!

COMISSÕES DE TRABALHADORES, COMISSÕES DE MORADORES, CONSELHOS DE ALDEIA!

LUTAR, CRIAR, PODER POPULAR!

AVANTE PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA!

Lisboa, 9 de Julho às 6 h

O SECRETARIADO DA COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL DO MOVIMENTO DE ESQUERDA SOCIALISTA

Os revolucionários não necessitam de justificar à burguesia e ao imperialismo a necessidade de fazer a Revolução

"Informação revolucionária ao serviço da classe operária"

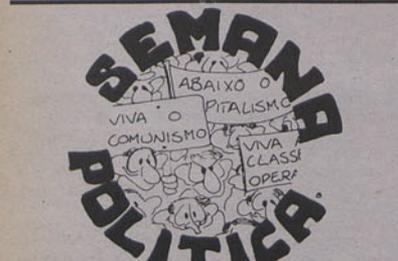
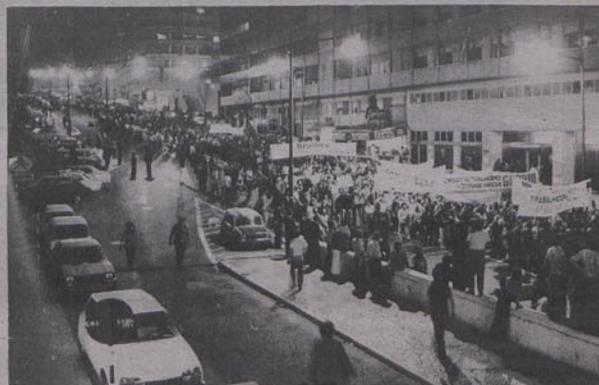
Sexta-feira passada, uma importante jornada de luta anti-fascista e anti-capitalista teve lugar na cidade de Lisboa. Respondendo ao apelo dos operários da Siderurgia Nacional de várias Comissões de Trabalhadores e de algumas organizações revolucionárias (entre as quais o Movimento de Esquerda Socialista) mais de quinze mil trabalhadores manifestaram-se durante várias horas nas ruas de Lisboa.

Apesar das manobras de diversão efectuadas pelos reformistas que nessa mesma tarde contribuíram largamente para o clima de boateira que alastrou em todo o País, e dos ultra-esquerdistas que com uma jogada divisionista enganaram algumas centenas de operários em luta utilizando-os de forma descaradamente oportunista, a manifestação de sexta-feira representou uma vitória notável.

Para além do significado politico que encerra a unidade militante ao nível de massa de organizações que reconhecendo as suas divergencias e contradições mostraram ser capazes de vir a ultrapassar o sectarismo e empenharam-se no combate comum, o próprio conteúdo da convocação e das palavras de ordem representou uma clara afirmação da necessidade de continuar o combate anti-fascista no ambito docombateanticapitalista e anti-imperialista, compreendendo a natureza das contradições no M. F. A. com a consequente necessidade de apoio aos oficiais progressistas.

A solidariedade que os manifestantes demonstraram para com os trabalhadores do Rádio Renascença e da República que vem conduzindo uma luta de grande importância contra a reacção eclesiástica e social-democrata, foi também um importante momento de unidade militante.

Desta forma ficou claro o repúdio popular às condições de liberalismo burgues que permitiram a fuga dos criminosos da PIDE/ D.G.S., mostrando-se de forma evidente a força da classe operária e do povo trabalhador quando unido na mesma luta contra a exploração e a opressão.

No entanto, e apesar do balanço positivo que tem de se reconhecer à manifestação, houve ainda momentos de sectarismo e partidarismo claros, sobretudo expressos no conteúdo de algumas intervenções realizadas no Comicio final, em que ficou bem patente a incapacidade de discernimento do inimigo principal e da forma mais correcta de combater o reformismo.

1 — Uma das caracteristicas do nosso processo revolucionário, é a de que, à medida que ele vai avançando, o inimigo tem vindo sucessivamente a clarificar-se. Quem diria nos dias «26 de Abril» que Spinola e os seus amigos se iriam desmascarar tão cedo? Quem diria que a social-democracia internacional, que se afirmava «tão» anti-fascista, lançaria uma tal campanha de provocações às conquistas dos trabalhadores portugueses? Quem diria, que um ano depois da «Revolução dos cravos», o P.S. aparecesse como um centro da contra-revolução em Portugal?

Esta «semana politica» foi mais um barómetro para os trabalhadores portugueses perceberem — quem é pelo avanço da revolução, quem é conciliador, quem é contra-revolucionário.

2 — Face à questão da informação foi perfeitamente claro este jogo de forças. Os trabalhadores, as organizações revolucionárias, manifestaram na rua o seu total apoio à luta do Rádio Renascença e do República, debaixo da palavra de ordem: — **«Informação Revolucionária ao Serviço da Classe Operária»**; os conciliadores, os reformistas, mantiveram-se no silencio ou o seu apoio raramente ultrapassaou a «expressão verbal» — é um terreno que lhes é particularmente «viscoso» já que o controle popular sobre os orgãos de informação lhes foge à burocracia a que estão habituados;a social-democracia mostrou o seu carácter contra-revolucionário, apoiando descaradamente o Episcopado fascista, fazendo provocações aos trabalhadores da Rádio Renascença e, fundamentalmente, da República (dando assim cobertura aos ataques do imperialismo internacional) chegando a afirmar (no Congresso dos Trabalhadores socialistas da Informação) pela boca do destacado Mário Soares, «que estamos dispostos a paralisar todo o país como forma de protesto». Afirmaria ainda Mário Soares, (e com razão), que «os casos Rádio Renascença e República são um barómetro: se forem perdidos a nossa revolução está em perigo». De facto, assim é! Neste momento a informação é uma batalha fundamental — se ela se puser ao serviço da criação e consolidação dos orgãos de Poder Operário e Popular em ligação revolucionária com M.F.A., ter-se-à então dado um passo fundamental a caminho da Revolução Socialista, e a recuperação burguesa do 25 de Abril, a «revolução» do Dr. Mário Soares está efectivamente em perigo!

3 — Face à reorganização das forças fascistas e fascizantes, o processo é o mesmo. As forças progressistas e revolucionárias exigem um inquérito sobre a fuga dos Pides, (que agora soubemos que se ligaram ao E.L.P., bruxo!), exigem justificada legislação revolucionária para todos os comprometidos com o regime fascista, e desenvolvem uma luta em várias frentes contra a reorganizações dessas forças que em muitos pontos do pais o fazem quase às claras (ver artigo sobre os Açores); há forças dentro e fora do M.F.A. que continuam passivas, que só tem «coragem» para actuar depois do facto consumado.

As delegações da F. S. P., L. C. I, L. U. A. R., M. D. P./C. D. E., M. E. S. e P. C. P. da cidade de Setúbal, tendo-se reunido em 25/6/75 para analisar a situação politica e discutir uma proposta de acção para a luta de massas, chegaram às seguintes conclusões: Torna-se decisivo para dar combate à actual crise económica e politica e para avançar no processo revolucionário:

1.º Impulsionar o movimento popular de massas em torno dos principais problemas económicos e politicos sentidos pelas massas trabalhadoras.

2.º Ultrapassar as velhas estruturas do Estado burgues, pelo reforço e criação dos órgãos unitários que os trabalhadores já criaram ou venham a criar nas Empresas, campos e quartéis, no decurso da sua luta contra a reacção capitalista.

3.º Impulsionar a realização de Assembleias Populares, onde estarão representados os orgãos unitários dos trabalhadores, de modo a estes poderem deter ao nível de cada Zona um verdadeiro poder.

Assim e tendo em conta estas considerações, as delegações de Setúbal das organizações acima citadas, mobilizarão os seus militantes, aderentes e simpatizantes para a concretização destas tarefas, para que se reforçem os orgãos unitários de base da povo trabalhador e para que se avance decidamente para o Socialismo.

Nota: As organizações presentes esclarecem que o P.R.P.- B.R. se recusou a discutir a Ordem de Trabalhos, tendo por isso abandonado toda esta plataforma comum de trabalho.

As delegações de Setúbal da F.S.P., L.C.I., LUAR, M.D.P./C.D.E., MES E P.C.P.

EDITORIAL

A agudização da crise política foi o facto mais saliente dos últimos dias. Tal agudização demonstra de uma forma cada vez mais clara a necessidade de ultrapassar rapidamente a actual estrutura de Poder, onde coexistem órgãos contraditórios, plenos de ambiguidades e incapazes de assegurar o avanço do processo revolucionário.

Face à existência paralela do Conselho da Revolução, Assembleia do M.F.A., Governo de Coligação, Assembleia Constituinte, os Trabalhadores os Soldados, Marinheiros, e oficiais progressistas e revolucionários cada vez compreendem mais evidentemente que o avanço do processo exige a institucionalização de um Poder Revolucionário que negue fortemente as estruturas do Poder Burguês e afirme e dinamize a criação, fortalecimento e coordenação das estruturas de Poder Popular. Para os revolucionários, é uma necessidade histórica a urgente superação da crise actual de forma a que o avanço do processo seja nítido e assumido pelas massas populares. Para os revolucionários, civis e militares, é cada vez mais claro que cada dia que passa com a permanência de elementos hesitantes e conciliadores no Conselho da Revolução, com a actividade de um Governo sem a confiança dos trabalhadores e onde a contra-revolução tem lugar cativo, com o espectáculo de uma Constituinte de onde só pode sair uma constituição burguesa, é mais um dia em que a reacção capitalista se organiza, é mais um dia ganho pela social democracia e pelo Imperialismo na sua escalada para esmagarem a luta dos trabalhadores portugueses.

Para o salto em frente necessário, os revolucionários civis e militares não necessi am de criar artificialmente o ambiente de tensão política e social que permita tornar compreensível ao «Povo» (à burguesia e ao proletariado) a urgência desse avanço. Jogar no boato, na provocação aos trabalhadores e às suas lutas, pactuar com medidas antipopulares, para depois poder denunciar as actividades da reacção é uma táctica plena de aventureirismo e que reflecte profundamente os limites, desvios e vícios do reformismo. É uma táctica que permi e a infiltração das mais reaccionárias expressões da ideologia burguesa no seio das classes aliadas do proletariado e que atinge mesmo alguns sectores da classe operária, pois traz com ela a facilidade de actracção das teses da «Ordem» e da «Paz Social», que preparam sempre o terreno a qualquer golpe fascista. É uma táctica que não se apoia nas massas exploradas e oprimidas, mas sim nas manobras e influências de gabinete e na utilização dos trabalhadores como massa de manobra; é uma táctica que revela que o controle do processo é para os reformistas mais importante que o avanço do processo sob uma direcção revolucionária; é uma táctica que se revela em toda a sua dimensão quando se incentiva a criação de C. D. R.s, órgãos que nada têm de ver com o Poder dos trabalhadores, mas sim com o partidarismo de fachada apartidiárias.

Os revolucionários civis e militares não buscam o apoio de todo o Povo, apoiam-se na classe operária e nos seus aliados.

Os revolucionários civis e militares não necessitam de justificar à burguesia e ao imperialismo a necessidade de fazer a Revolução; necessi avam sim de se unir e unir as massas na luta pelo Poder Popular.

Quando os neofacistas e sociais democratas arreganham o dente e ameaçam morder, os revolucionários não respondem com os mesmos arreganhos e ameaças na busca de um novo equilíbrio mais favorável; os revolucionários unem-se e organizam as massas para que estas quebrem definitivamente não só os dentes mas também a cabeça da reacção. E isto não se faz caluniando lutas que se provocam, ou aceitando as regras do jogo da burguesia no terreno que esta propõe.

Mas, a força trabalhadora, dos Soldados, Marinheiros e Oficiais revolucionários é ainda suficiente para fazer o processo avançar, apesar dos ataques reaccionários, das manobras reformistas ou dos infantilismos esquerdistas.

É essa força que imporá novas medidas revolucionárias no plano económico que atinjam a burguesia e não a classe operária.

É essa força que rebentará com as estruturas de Poder que dão espaço à conciliação e à contra-revolução.

É essa força que exigirá formas de ligação das massas ao MFA que preparem a fusão revolucionária do movimento anticapitalista.

É essa força que conseguirá unir os militantes revolucionários numa direcção política capaz de conduzir os trabalhadores ao Poder

É essa força que levará Portugal ao Socialismo e à Independência Nacional.

A LUTA DA RÁDIO RENASCENÇA

. A luta dos trabalhadores da Rádio Renascença, que é afinal de todos os trabalhadores portugueses, marcou mais um passo em frente.

O seu significado ultrapassa neste momento os objectivos específicos de uma justa luta de trabalhadores de informação já que a luta por uma Informação livre, apartidária e objectiva das e para as massas trabalhadoras deste País é ponto fundamental da luta pelo socialismo. Resistindo unidas, a qualquer espécie de controlo partidário, ou outro **que não o da classe operária** os trabalhadores da R. R., confiando na força da sua unidade e na imensa capacidade da solidariedade operária marcaram mais um passo nesta frente de luta pela construção do Poder Popular única alternativa revolucionária na situação actual. Só o Poder Popular pode impedir o avanço da burguesia fascista, «popular», «democrática» ou «socialista».

Só o Poder Popular pode salvar o País do caos económico em que a burguesia tenta lançá-lo.

Só o Poder Popular pode contribuir para forjar a unidade dos trabalhadores camponeses e operários e das forças políticas verdadeiramente interessadas no avanço do processo revolucionário.

Essa unidade, contudo constroi-se no avanço quotidiano, no avanço de cada momento, não cedendo à chantagem e às ameaças da burguesia e do capital que procuram por todos os meios ao seu alcance desferir golpes no processo revolucionário.

A luta dos trabalhadores da Renascença prova, mais uma vez que o actual Governo de coligação é já uma relíquia de todo o processo revolucionário, tendo sido objectivamente ultrapassado, sobrevivendo apenas à custa de uma conciliação de classes que não é mais possível.

E porquê?

Porque as cedências e hesitações de um Governo que estava disposto a hipotecar a justa luta dos trabalhadores da Renascença ao Patriarcado reaccionário e assim directa e indirectamente ao capitalismo nacional e internacional sobrepondo esta pactuação aos justos interesses de classe das massas trabalhadoras encontrou eco nos progressistas e revolucionários do M. F. A..

Todos nós sabemos que os bispos eram nomeados pelos governantes fascistas. Desde o 25 de Abril os trabalhadores têm desencadeado com êxito grandes acções de massas saneando nas empresas e no estado todo um conjunto de fascistas também esses nomeados pelo Governo fascista.

Nós sabemos a acção contra-revolucionária que é desencadeada através desses agentes da hierarquia da igreja e sabemos também da delicadeza da questão religiosa para um povo sujeito durante séculos ao obscurantismo cultural.

Mas quando a luta da classe operária e dos trabalhadores avança irresistivelmente, quando coloca o socialismo na ordem do dia, não podemos permanecer impávidos e serenos face às acções contra-revolucionárias vistam-se ou não de sotaina os seus agentes.

A luta do Rádio Renascença mostrou a todo o povo o carácter reaccionário a verdadeira face da hierarquia da igreja, sempre pronta a apoiar os exploradores e opressores do povo e a condenar os trabalhadores e a sua luta de classe explorada.

O que se espera para colocar a hierarquia face às suas responsabilidades?

. O que se espera para obrigar a colocá-las claramente dentro da lógica do processo revolucionário?

. Os trabalhadores do R. R. deram o exemplo não cedendo à chantagem e ao reaccionarismo do patriarcado.

É o povo trabalhador que prosseguindo a sua luta contra a exploração e a opressão em todos os terrenos colocará em causa o baluarte revolucionário da hierarquia da Igreja.

Não serão medidas burocráticas tomadas à margem dos centros de decisão populares que poderão esmagar a reacção. Serão as próprias estruturas de Poder Popular que obrigarão os bispos a defrontarem-se nas realidades do «seu povo»; e os obrigarão a desmarcarar-se como defensores «fiéis» da exploração e opressão capitalista.

MONOPÓLIO RÁDIO RENASCENÇA

1 emissor de rádio

ex-participação na RTP

2 cinemas

1 tipografia

Rádio Triunfo

Estabelecimentos Melodia

Alvorada (etiqueta de discos)

Empresa Imobiliária Progresso

acções em várias empresas

Ao serviço da fé ?!

Pelo direito ao trabalho!

Carta de um camarada do Porto

CAMARADAS:

É meu dever como revolucionário, expressar a minha crítica ao modo como funciona o Serviço Nacional de Emprego, no que se refere à selecção dos futuros estagiários para cursos de Formação Profissional Acelerada e sua subsequente formação e escoamento no final do estágio.

É inadmissível que passados mais de catorze meses da Revolução do 25 de Abril, ainda se mantenham organismos de Estado a funcionar e a serem regidos por decretos fascistas, anteriores ao 25 de Abril de1974, mais do que ultrapassados e que neste momento em nada ajudam o País.

Um ponto que merece especial relevancia è o facto de se estipular determinado tempo para frequência de um determinado curso, quando nele se integram elementos que por motivos de vária ordem aprendem mais rápido do que outros; isto provoca um desfasamento de conhecimentos no seu todo, que não permite, e isso não existe, uma dada categoria profissional ao estagiário na conclusão do estágio. O que acarreta ao mesmo, o ser explorado à boa maneira pelo futuro patrão!

. Interrogo? Visto também não nos ser dada qualquer garantia de colocação, no final do estágio pelo Serviço Nacional de Emprego (veja-se Estatísticas dos 8427 que já passaram pelos Centros de Formação Acelerada e quantos foram aproveitados nas sua potencialidades e assegurado trabalho no final do estágio pelos mesmos serviços) (?).

Cria-se mão-de-obra especializada, que custa à Nação e por conseguinte a todo o Povo Portugues, milhares de contos e depois desperdiçam-se essas mesmas potencialidades. Pergunto: será que a indústria deste País se dá ao luxo de dispensar tais potencialidades ou aproveita-as convenientemente?

. .Julgo que não! Porque já durante a nossa formação, não são aproveitadas, e não o são, não por falta de meios técnicos ou maus monitores, mas sim por deficientes métodos pedagógicos, vindos já das cúpulas. Pois é inadmissível que numa altura em que tanto se fala na construção de um País novo e na batalha da produção se mantenha determinados métodos de ensino.

É degradante e desencorajante para o estagiário, saber que o que produz não terá utilização prática e que os mesmos trabalhos executados com bastante empenho irão na quase totalidade para a sucata. Sabendo o mesmo que acarreta na sua formação, uma média de 15 a 20 contos à Nação. Isto cria-lhe um complexo de improdutivo aparente, quando a partir do primeiro mes de uma maneira geral poderia contribuir para a batalha da produção, não a tirar o trabalho a empresas de fora, mas sim a executar trabalhos de recuperação de material de instituições que estivessem na dependencia administrativa do Estado.

Aqui fica o meu apelo, no sentido de que justiça seja feita e que a reorganização de métodos e serviços no seio dos serviços de Formação Profissional Acelerada e Emprego, seja uma realidade muito breve, para que assim seja possível avançarmos no caminho de uma verdadeira revolução socialista para atingir-mos o Comunismo, a todos os «níveis», onde todos prestem o seu contributo e sejam aproveitadas todas as potencialidades humanas ainda criminosamente desperdiçadas, em prejuízo de todos nós, irmanados no mesmo ideal da construção de uma sociedade nova sem classes.

Molaflex — as forças reaccionárias tentam controlar os trabalhadores

. Rui Moreira, presidente do conselho de administração do grupo Molaflex, ligado à alta burguesia financeira portuguesa, e com interesses em Angola, foi preso no dia 12 de Março de 1975, e posteriormente acusado pelo brigadeiro Camacho, em conferência de Imprensa, transmitida por todos os órgãos de comunicação social, de pertencer ao ELP, organização que se propõe restabelecer o fascismo em Portugal por meios terroristas.

Os seus lacaios desde logo fizeram correr o boato de que tinham sido os «comunistas» que o tinham raptado, dado que foram oficiais à civil que o detiveram.

A nossa comissão de trabalhadores, eleita por um sistema que permitiu que no seu seio se infiltrasssem elementos marcadamente fascistas, logo procurou saber do paradeiro do patrão em vez de se preocupar em defender os interesses dos trabalhadores.

Aí começou a sua escalada reaccionária, o primeiro objectivo foi o de isolar os trabalhadores revolucionários. Com panfletos anónimos atacando individualmente aqueles que tinham estado sempre na primeira linha da luta, tentaram dividir e atirar os trabalhadores uns contra os outros.

É que os reaccionários sabiam que a unidade dos trabalhadores explorados da Molaflex era uma arma que tinha funcionado perfeitamente para os fazer recuar nas suas manobras, mormente na tentativa de despedimento colectivo antes do 28 de Setembro e na greve dos estofadores.

Manobrando na sombra os reaccionários lançaram uma onda de boatos tentado e conseguindo criar as condições psicológicas necessárias a uma manobra de manipulação dos trabalhadores menos esclarecidos. Alguns desses boatos eram alarmantes. Falaram em morte eminente, em torturas e que, mais uma vez, eram os «comunistas» que o tinham preso e que não o deixavam sair, embora soubessem que estava inocente. E o último boato lançado foi decisivo. Diziam que a Empresa iria fechar se o não soltassem.

A comissão de trabalhadores colaborando nesta manobra convoca uma manifestação para o Quartel General do Porto para saber a «verdade». Pretendiam ser recebidos na parada do Quartel. Foram colocados à disposição dos trabalhadores autocarros, que ainda hoje não se sabe quem pagou ou pagará. Os encarregados nas oficinas pressionavam no sentido de quase obrigarem os operários a irem. Cerca de 800 trabalhadores chegaram ao Porto. Lá foi-lhes lido um comunicado em que se garantia aos trabalhadores a implicação do Rui Moreira e que o Estado interviriá na Empresa no caso de dificuldades resultantes da sua detenção. Muitos trabalhadores dispersaram. Então os lacaios lançaram palavras de ordem de apoio ao patrão enquanto alguns gorilas não deixaram os trabalhadores dispersar. **Estava descoberto o jogo.** Na fábrica os trabalhadores que se tinham mantido a trabalhar mantinham piquetes pois uma das palavras de ordem na manifestação era de que quando chegassem à fábrica saneavam os revolucionários.

A manifestação è varrida em poucos minutos por forças populares anti-fascistas.

O M.F.A. intervém e ocupa a fábrica conjuntamente com os trabalhadores progressistas e sela os escritórios para uma peritagem. **A vigilância revolucionária dos trabalhadores mais uma vez foi decisiva para o desmantelamento duma manobra reaccionária.** Nesta manobra estiveram envolvidas as forças da santa aliança, agente da contra revolução em Portugal. Militantes do P.P.D. e do P.S. estiveram na base da manipulação dos trabalhadores desde a primeira hora, chegando mesmo o núcleo do P.S. da Molaflex a emitir um comunicado de regozijo por ver os seus militantes em atitudes tão «revolucionárias» e manifestando-se contra a presença dos soldados na fábrica. Mais uma vez os aldrabões do socialismo em liberdade mostraram que a liberdade que defendem não é a liberdade dos trabalhadores, mas sim a liberdade dos patrões continuarem a explorar como até aqui têm feito. Alguns militantes operários P.S. sentiram vergonha de pertencerem a esse partido e abandonaram-no repudiando as suas sujas manobras.

A classe operária esmagará mais tarde ou mais cedo os seus inimigos.

Toda a Liberdade para quem trabalha, nenhuma liberdade para quem explora.

Abaixo o capitalismo e os lacaios sociais democratas, seus salvadores.

Em frente pelo poder operário e popular.

Comunicado do núcleo do PS na Molaflex

O núcleo reunido para analisar a actual situação derivada da manifestação feita por uma larga maioria das massas trabalhadoras desta empresa, verifica pelos elementos que lhe foram dados a colher, que se tratou duma manifestação que lhe parece espontânea, realça o facto de ver os seus militantes em posições altamente revolucionárias, feitas de verdade e justiça e conscientes de que, a construção dum país novo começa pela sinceridade, civismo e atitudes revolucionárias construtivas, visam essencialmente, **trabalho e unidade**

Texto saido no jornal católico da região

Ruy Moreira, entre outros. Um empresário. Uma obra. A partida do zero. A contribuição constante para um progresso contínuo. A formação profissional de dezenas de pessoas. Centenas de postos de emprego. Pão para milhares de bocas. A queda ou o hiato. A iminência de desemprego. A falta de pão. De paz. De tranquilidade. O direito natural. A carta das Nações Unidas. A Declaração Universal dos Direitos do Homem. O programa do Movimento das Forças Armadas. A proibição constitucional sem culpa formada.

Trabalhadores afirmam o seu poder — o processo revolucionário avança

Abel Pereira da Fonseca

Considerando que a S.C.A.P.F. (Soc. Com. Abel Pereira da Fonseca), atravessa uma situação muito perigosa em relação à segurança do nosso direito ao trabalho, e devido à manifesta incapacidade em gerir a empresa, aliado a um conjunto de actos sabotadores e fraudulentos em relação à solidez da empresa e da economia do País por parte dos actuais accionistas, os trabalhadores da S.C.A.P.F. reunidos em plenário no dia 4 de Julho de 1975, pelas 21 horas, decidem:

. 1.º: Impedir em definitivo a entrada aos actuais accionistas nas instalações da empresa;

. 2.º Exigir do Conselho Superior da Revolução e do Governo o congelamento imediato dos bens dos actuais accionistas.

3.º Exigir a responsabilização total pela actual situação da S.C.A.P.F. aos actuais accionistas;

. 4.º Exigir do Conselho da Revolução e do Copcon, as necessárias e imediatas medidas impeditivas de fuga àquela responsabilização por parte dos actuais accionistas;

. 5.º Que o Conselho da Revolução e o Governo nomeiem uma Comissão Administrativa para gerir a S.C.A.P.F., integrando-a assim no planeamento económico em curso.

6.º Que até que o Conselho Superior da Revolução e o Governo a nomeiem, a Comissão de Trabalhadores da S.C.A.P.F. indique dois trabalhadores dos elementos que a compõem que assegurarão neste período transitório as assinaturas necessárias ao funcionamento normal da empresa.

7.º Que para aquela Comissão Administrativa, a Comissão de Trabalhadores da S.C.A.P.F. monte um processo que conduza à indicação de um ou dois representantes da confiança dos trabalhadores para a Comissão Administrativa.

8.º Considerando que nas causas que conduziram a empresa ao estado actual estão também incluídos determinados elementos tidos como «trabalhadores», e que jamais pararam de provocar a divisão e a desconfiança no seio dos trabalhadores, e que na actual situação se exige a imperiosa necessidade de nos precavermos contra os inimigos dos trabalhadores, propõe-se:

. a) Suspensão imediata do **Manuel Simões Marques**

. Abel Pereira da Fonseca é a maior empresa de vinhos do País, empregando cerca de 500 trabalhadores.

No seguimento da decisão que atrás transcrevemos, a empresa encontra-se ocupada pelos trabalhadores enquanto decorre um inquérito à sua situação financeira e à actividade da ex-administração.

«E.S.» esteve nas instalações da empresa e falou com elementos da Comissão de Trabalhadores — «não queremos paralisar a empresa, antes continuamos a trabalhar e estamos em situação de manter os compromissos em relação a fornecedores e clientes (quanto a pagamentos, entregas, etc....).

«Simplesmente dada a má gestão de que nos apercebíamos, resolvemos exigir um inquérito antes que isso se aprofundasse».

— **Nacionalização?**

. E os trabalhadores prosseguem:

. «Em Julho de 73 a empresa foi comprada por onze accionistas. Simplesmente fizeram-no através de tres bancos, pelo que não chegaram a por dinheiro. De maneira que ao fim e ao cabo isto pertence à banca! e como a banca foi nacionalizada...

«Neste momento está a decorrer o inquérito dirigido por um técnico nomeado pelo Sindicato dos Empregados de Escritório.

«Embora aguardemos resultados para termos dados mais concretos, pensamos que a solução mais apropriada é a nacionalização (que na prática quase que já está feita) e a nomeação de uma comissão administrativa nomeada pelo Estado e onde os trabalhadores estejam representados ou que a controlem por outra forma, de modo a garantir que daqui para a frente a empresa esteja sempre ao serviço dos trabalhadores».

Manuel Lopes Henriques

A Comissão de Trabalhadores de Manuel Lopes Henriques e Filho, Lda., apoia medidas de ligação Povo/M. F. A. na base de estruturas de poder popular, criadas na luta dos trabalhadores Comissões de Trabalhadores, Comissões de Moradores e Conselhos de Aldeia.

Apoia medidas económicas para acabar de vez com o poder dos exploradores e dispõe-se a uma ligação permanete com estruturas democráticas das F. A., para levar por diante a tarefa de dar corpo a um novo aparelho de Estado ao serviço dos trabalhadores.

Exigem dissolução do Governo Provisório e rápida criação de um Governo Revolucionário na base das forças populares dispostas de facto a levar por diante a revolução socialista.

Exigem dissolução da Assembleia Constituinte e criação das condições para a eleição de uma Assembleia Popular Nacional, que represente directamente os interesses das classes exploradas e oprimidas.

Saudações Revolucionárias

Fima Lever

As células do P. C. P. do M. E. S. e a Base do M. D. P./C. D. E. da FIMA/LEVER/IGLO (Amoreiras), reunidas hoje dia 8/7 decidiram:

Manifestar o seu apoio a todos os elementos progressistas do M. F. A. e do C. R.

(...)Condenar energicamente as ameaças de paralisação da vida nacional proferidas pelo secretário-geral do P. S., pelo seu carácter manifestamente contra-revolucionário.

Reivindicar o cumprimento dos seguintes pontos indispensáveis para o avanço do processo revolucionário rumo ao socialismo:

a) Imediatas medidas económicas revolucionárias que garantam o avanço inequívoco para o socialismo.

b) Institucionalização do controlo operário e das organizações populares de base.

c) Saneamento do aparelho de Estado.

d) Expulsão dos sociais-democratas do Governo e formação de um Governo revolucionário e popular.

e) Ilegalização imediata de todos os partidos reaccionários, nomeadamente do C. D. S. e do P. D. C.

f) Criação de tribunais populares.

g) Julgamento imediato dos pides e de todos os contra-revolucionários.

"uma ordem é a exigência do cumprimento de uma tarefa que corresponde aos interesses das massas e da Revolução

O funcionamento eficaz de um exército, mesmo de guerrilha, requer uma alta disciplina que mantenha relações harmoniosas no seu seio e uma execução rápida e correcta do comando.

O exército colonial-fascista, funda a sua disciplina no terror imposto pelos graduados à base, nas punições constantes e brutais, na privação de qualquer iniciativa e capacidade de raciocínio do soldado, na compartimentação rigorosa entre os graduados e entre estes e os soldados.

É evidente que este tipo de disciplina não pode corresponder de maneira nenhuma à nossa. Como em todos os outros campos, aqui também claramente se opera a demarcação entre nós e o inimigo.

A disciplina para nós resulta da compreensão do combatente e é a concordância do nosso comportamento e ideias, com os princípios e regras que regem a nossa vida de militantes da Frelimo, combatentes das Forças Populares de Libertação de Moçambique e servidores das massas. Assim, a disciplina é como a sentinela que protege a linha política, que nos alerta acerca de qualquer tentativa de desvio ou agressão contra a linha.

A integração na nossa disciplina de elementos vindos de uma vida diferente da nossa, é uma tarefa particularmente dura.

Os elementos vindos das povoações, da vida tradicional, trazem em si valores, ideias e hábitos que reflectem a racionalidade metafísica e os condicionamentos da sociedade feudal, o tribalismo, a superstição, o culto do passado, a submissão cega à tradição e aos comandos dos velhos.

A integração destes elementos pressupõe previamente a libertação do espírito de obediência passivo imposto pelos chefes, ou pela superstição e em seguida, conduzir o indivíduo a compreender e amar a nossa vida, para poder viver conscientemente os princípios e regras que o conduzem.

A integração na nova disciplina não pode ser separada da transformação da consciência do Homem.

Trata-se ainda de inculcar o sentido dos valores colectivos e a noção de responsabilidade para com a colectividade.

Possuir um sentido colectivo, é assumir que o indivíduo se valoriza na medida em que souber consagrar as suas energias ao progresso das massas e da Revolução. Possuir a noção da responsabilidade para com a colectividade é compreender que, qualquer missão que nos é transmitida, qualquer material que nos é confiado, se destina em última análise ao progresso das massas e da Revolução.

Dentro deste contexto, para nós uma ordem é a exigência do cumprimento de uma tarefa que corresponde aos interesses das massas e da Revolução, por isso mesmo uma ordem injusta ou o não cumprimento de uma ordem justa, aparecem como violação grave da nossa disciplina.

Porque a disciplina é assim fundada numa adesão profunda à nova sociedade, que construímos, atribuímos uma importância fundamental à discussão e ao estudo político no nosso seio. As decisões são elaboradas depois de discussões e tendo em conta o grau real de compreensão política. As tarefas cumpridas são analisadas para que se sintetize a experiência adquirida e possamos elevar assim a nossa consciência e teoria revolucionárias. **No nosso exército não existem postos, embora evidentemente existam diversos níveis de responsabilidade.** A distinção não é apenas semântica e merece alguma explicação. A concepção de posto é certo que integra a noção de diferentes níveis de responsabilidade, todavia ela implica ainda que o titular do posto de uma maneira permanente, exerça responsabilidades de um nível determinado, correspondentes ao seu posto.

Nós consideramos que não existem tarefas superiores ou inferiores, uma vez que todas se destinam a servir a Revolução. Assim, um chefe provincial pode ser retirado da sua tarefa para exercer a missão de instrutor por exemplo, sem que isto implique uma despromoção, uma baixa de posto. Ele exercia uma responsabilidade, agora exerce outra.

A nossa preocupação foi a de estabelecer entre militares de base, quadros e dirigentes, um clima de confiança total e fraternidade onde a palavra «camarada» adquire a sua verdadeira dimensão.

No nosso trabalho, a este nível, tivemos que fazer face a dois tipos de desvios.

Há elementos que pecam por espírito de autoritarismo, defeito herdado da sociedade colonial, ou mesmo tradicional, onde não existe uma vida democrática. Do lado oposto, manifestam-se tendências de ultraliberalismo, falta de respeito ou ignorância das estruturas, igualitarismo artificial, estabelecimento de falsas solidariedades baseadas em vícios ou defeitos, gostos decadentes e corruptos.

As duas tendências são combatidas energicamente no nosso seio, pois violam, no primeiro caso, o espírito democrático do nosso exército e no segundo os princípios da nossa unidade e das nossas estruturas, o centralismo democrático e a nossa disciplina.

DISCIPLINA REVOLUCIONÁRIA

A disciplina revolucionária aparece sempre como um dos factores decisivos do espírito combativo e da eficácia do exército revolucionário, em todas as suas fases.

A experiência tem-nos provado que nas circunstâncias difíceis em que vivemos, qualquer afastamento da disciplina traduz-se em relaxamento da vigilância, infiltração de ideias e comportamentos estranhos no nosso seio, criação de desconfianças, aparecimento de deserções, em resumo, criação de um clima propício à derrota. É por isso que a disciplina exprime e protege a linha política, a organização e as suas estruturas.

Um aspecto particularmente importante da disciplina, refere-se às relações com a população.

O respeito estrito do Povo e dos seus bens é um princípio fundamental para todos.

Na realidade, não é pela cor da pele, idioma utilizado ou palavras, que o Povo nos distingue do exército colonial. A atitude em relação às massas, o respeito a estas, é a pedra de toque que nos demarca das tropas agressoras.

O exército inimigo pode usar a mesma farda e utilizar as mesmas armas que nós, pode falar a mesma língua e ter a mesma cor, pode até pretender ajudar as massas. Na realidade, tudo que ele faz destina-se a desorganizar e desmobilizar as massas, a afastá-las da luta e fazê-las abandonar as justas reivindicações, integrá-las no sistema de exploração. No seu comportamento em relação aos bens do Povo, a mentalidade exploradora do exército colonial, naturalmente que conduz à pilhagem e ao roubo. Em relação às mulheres, a mentalidade corrupta do inimigo, naturalmente que o leva à violação das mulheres. Os gostos decadentes do capitalismo produzem a inclinação para a bebedeira e o consumo de estupefacientes, como meios de asfixiar e alienar a consciência. A lógica fascista

e colonialista, o seu desprezo intrínseco pela dignidade humana provoca sistematicamente os crimes mais bárbaros, mais animalescos e sádicos, como provoca a degradação humana, a animalização das próprias forças repressivas.

A demarcação total entre o nosso comportamento e o do inimigo corresponde à demarcação das nossas linhas políticas. O respeito pelos bens do Povo, o respeito pela mulher e a luta pela sua promoção, o combate contra a bebedeira e o consumo de drogas que alienam o homem, o respeito pela dignidade e personalidade do homem que exclui o recurso ao crime, ao terrorismo, e à tortura, são características essenciais do nosso exército, um Exército Popular.

Para o militante, não existem momentos de relaxamento, momentos em que se abandona a linha e a disciplina para descansar. A linha e a disciplina são o nosso oxigénio e sangue e não podemos pretender um descanso no acto de respirar ou na circulação do sangue.

Não se trata também de pequenos problemas, como se pode pretender, mas de questões fundamentais e que definem a nossa personalidade revolucionária, de que dependem as relações harmoniosas entre a população e a guerrilha ou exército, as relações entre a força principal que é o Povo, e o seu braço armado, que é o exército.

As relações entre o exército e o Povo dependem ainda do que aparece como tarefa do próprio exército.

O ESTUDO, A PRODUÇAO E O COMBATE

A Frelimo definiu como tarefa e palavra de ordem de todos os seus militares, o Estudo, a Produção e o Combate.

Pelo estudo político, científico e técnico, adquirimos os conhecimentos necessários, não só para o desenvolvimento da guerra, da economia, da cultura, como também e sobretudo adquirimos as bases indispensáveis à formação de uma consciência materialista, livre de todas as formas de idealismo e superstição, indispensável para a análise objectiva do processo revolucionário. O estudo político reforça a nossa consciência e capacidade de análise, permite-nos enriquecer o conteúdo da nossa luta e elevar a prática revolucionária e o nível do nosso engajamento, aprender como transformar a sociedade. O estudo científico e técnico reconcilia-nos com a natureza e permite utilizar as suas leis para melhorarmos a nossa vida, tirarmos o máximo proveito dos nossos recursos.

A produção, para além da satisfação das necessidades materiais, leva-nos a verificar na prática a justeza das nossas ideias, fornece-nos novas ideias, reforça a consciência da nossa origem social e assim fortalece a nossa unidade. É ainda a prática da produção e nálise crítica e a síntese que fazemos dela que nos permite inovar e generalizar novos métodos de produzir.

O combate interno, leva-nos à eliminação dos vícios e defeitos herdados do passado, faz-nos liquidar os falsos valores, ideias e comportamentos transmitidos pela sociedade exploradora, conduz-nos à aquisição e prática dos valores, ideias e comportamentos da nova sociedade.

o combate contra o inimigo colonialista e imperialista, liberta o terreno e os homens e cria condições indispensáveis para a destruição das estruturas exploradas e para a edificação do Poder Popular.

Estas tarefas são parte integrante da vida quotidiana dos combatentes das Forças Populares de Libertação de Moçambique.

Nas bases militares a instrução, o estudo político e a produção são constantes. Durante a instrução dos novos recrutas as aulas políticas, as reuniões e discussões políticas e a produção fazem parte do programa integrante de treino ao mesmo título que a prática militar. Assim habilitamos o combate a tornar-se um agente activo e consciente da transformação da sociedade.

Combinadas com a educação política, as reuniões e discussões políticas, encontram-se a crítica e auto-crítica, destinadas a impulsionar o combate interno, rectificar os métodos de trabalho e fortalecer a consciência, a sintetizar as nossas experiências. A alfabetização dos combatentes e elevação do nível literário dos já letrados, integra-se no programa de trabalho de todas as bases militares.

A produção é uma tarefa, que embora não principal é fundamental para o nosso exército. Dizemos não principal apenas porque a tarefa principal do exército é a destruição física do inimigo.

Todas as bases e destacamentos da Frelimo, além de cultivarem os seus próprios campos, ajudam os camponeses a produzir.

O facto de se exigir uma actividade produtiva ao exército, tem diversas justificações para nós.

Trata-se de que o exército se esforce em ser auto-suficiente e não sobrecarregar a população. É evidente que dificilmente o exército na nossa situação se possa auto-abastecer em víveres, mas de toda a maneira produzindo, diminui o peso sobre a população.

A produção como dissemos, quando colectiva, consolida a consciência da nossa origem de classe e fortalece os nossos laços de amizade. **O soldado afastado da produção pode-se esquecer da sua origem trabalhadora, o seu dever de servir as massas exploradas e pode tender a comportar-se como um pequeno déspota armado e utilizar a sua arma para se privilegiar e servir as camadas exploradoras.** A valorização do trabalho manual corresponde também às concepções da nova sociedade que construímos, que, contrariamente à sociedade exploradora, não considera o trabalho manual como degradante e reservado aos ignorantes.

A POLÍTICA A FRENTE DAS ARMAS

Os campos do exército servem-nos ainda como campos experimentais para a introdução de novos produtos e técnicas de produção. Aí as massas podem vir aprender na prática a nova técnica e constatar o seu resultado.

A elevação do nível da técnica militar, a formação de quadros com conhecimentos cada vez mais ricos, é uma necessidade fundamental para desenvolver a luta armada e responder adequadamente às novas tácticas e armas empregadas pelo inimigo.

Há quem considere que a melhor maneira de formar quadros é a de os enviar para alguma academia estrangeira, onde durante longos anos ele poderá seguir os ensinamentos de mestres e estudar as diversas teorias militares. No nosso seio as forças reaccionárias tentaram impor esta teoria.

Esta formação afastada da prática concreta da luta, não só da luta armada, mas sobretudo da própria luta política, da prática revolucionária, parece-nos errada e no nosso caso susceptível de nos conduzir ao dogmatismo, ao estilo estereotipado e servilismo mental em relação a tal ou tal experiência estrangeira.

Tal como definimos, um combatente para nós não é apenas um homem que domina inteiramente a arma e uma arte militar abstracta. Isso em nada o distingue do combatente colonialista e fascista.

As tarefas que confiamos ao exército são político-militares, assim a formação é político-militar.

Uma formação política não pode ser abstracta e livresca, mas realiza-se em contacto permanente com a luta real.

Os nossos princípios estratégicos e tácticos, embora beneficiando enormemente da experiência teórica e prática das outras lutas revolucionárias, são sobretudo o produto da nossa própria luta, das situações específicas, militares, económicas, culturais e sociais que vivemos no nosso país.

Por isso mesmo, o essencial da preparação dos nossos quadros, só pode ser feita por nós. Dentro deste contexto consideramos também necessário retirar temporariamente os combatentes da linha de fogo, para os reciclar nas nossas próprias bases de instrução, ou mesmo enviá-los a fazer estágios, relativamente curtos, em países amigos revolucionários, onde poderão aprender novas técnicas e enriquecer-se da experiência teórica e prática dessas revoluções.

O nosso sistema de formação aparece assim como um sistema de educação permanente e progessivo, intimamente ligado à prática da luta política e do combate armado, embora comporte o afastamento temporário da linha de fogo para reciclagens e estágios de aquisição de novos conhecimentos.

É dentro desta perspectiva geral que se integra a acção de formação e crescimento do nosso exército.

Resta no entanto uma dimensão fundamental, a das relações entre o exército e a Frelimo, ou se quisermos entre o militar e o político.

(no próximo número publicaremos a segunda parte deste texto)

– por isso mesmo uma ordem injusta ou o não cumprimento de uma ordem justa é violação grave da nossa disciplina"

Samora Machel

Aos professores progressistas e revolucionários:

1 — A SITUAÇÃO NAS ESCOLAS E AS TAREFAS DOS PROFESSORES

Ocupam os professores um lugar de especial importância, quer ao nível do aparelho de Estado, quer ao nível do processo de reprodução das relações sociais de produção — podendo a sua acção assumir, nesse domínio, alcance assinalável. Por isso temos insistido na necessidade de todos os professores progressistas e revolucionários se empenharem militantemente nas tarefas concretas da criação de condições que permitam o lançamento de um ensino subordinado aos interesses históricos do proletariado, colocando-se ao serviço da luta de todos os explorados e oprimidos por uma sociedade sem classes.

Construir o socialismo não significa apenas organizar uma nova forma de produzir, significa também (simultaneamente) afirmar uma nova forma de pensar e de viver. Por isso a opção socialista é indissociável de uma profunda revolução cultural que liquide todas as sobrevivencias da visão burguesa do mundo.

Na situação a que foram conduzidas as escolas, a reestruturação deve correr a par das experiencias exemplares que possam ser lançadas, em especial quanto à alfabetização e à criação de escolas em sectores industriais nacionalizados ou em zonas abrangidas pela reforma agrária, geridas por órgãos de poder operário e popular.

Essa reestruturação passa pela abertura da escola ao Povo trabalhador, pela ligação às organizações revolucionárias de classe, devendo ser politicamente controlada por Comissões Revolucionárias de Escola, órgãos unitários de luta anticapitalista nas escolas, tendo como função a criação de condições que possibilitem a afirmação do controle operário e popular sobre o ensino, e que se integrem, em articulação com comissões de moradores, comissões de trabalhadores, conselhos de aldeia e assembleias de delegados de Unidade no Poder Popular.

2 — O ACTUAL PROCESSO SINDICAL

Importa salientar alguns aspectos do processo:

— atropelos à democraticidade e à disciplina sindicais;

— actuação desmobilizadora e «controleira» da Comissão Directiva;

— ausencia de uma estratégia sindical clara, adequada à actual fase da luta política.

O primeiro aspecto culminou com a dessolidarização da C.D.P. do Sindicato relativamente às decisões tomadas em Plenário e consequente recusa em cumprir o que aí fora decidido

Seguiu-se o costumado anátema aos «divisionistas» que pretendiam reunir-se em Plenário para apreciar a situação, como se quem tivesse cometido atentados à disciplina sindical fossem estes e não a própria Comissão Directiva...

Ao Sindicato dos Professores coloca-se, pois, uma opção decisiva: ou, a nível de estratégia sindical, efectivamente se é capaz de articular correctamente a luta dos professores com os avanços da luta dos trabalhadores e as perspectivas da direcção operária do movimento de massas, ou, a breve trecho, o Sindicato será coisa morta, relegado para um seguidismo impotente ou até assumindo um papel contra-revolucionário, dada a facilidade com que a reacção dele se poderá aproveitar.

3 — O SINDICATO, O M.E.I.C., A QUESTÃO DAS COLOCAÇÕES E RECONDUÇÕES

Tal como o Núcleo de Professores de Lisboa do M.E.S. assinalara em anterior comunicado, as Comissões Directivas do Sindicato de Lisboa e Porto estavam claramente ultrapassadas, no que respeita a esta questão das reconduções, em face da posição dos restantes executivos. Ficou estabelecida uma plataforma no essencial correcta, mas a que o M.E.I.C. deu resposta, manifestamente insuficiente, pelo menos quanto à possibilidade de ex-colonos e saneados do sector privado ingressarem nas escolas, pondo em causa o direito ao trabalho daqueles que, com menos «habilitações», leccionaram em 74/75.

Até agora, as medidas tomadas pelo M.E.I.C., perante o silencio conivente do Sindicato, consagram o modelo Veiga Simão de recrutamento de pessoal docente. Os executivos sindicais respondem timidamente a isto requerendo reciclagens...

Não haverá uma política de recrutamento de professores consequente sem que sejam definidos e/ou reformulados.

— qual a formação cientifica-base requerida para a docencia;

— qual a formação pedagógica-didáctica base e o estabelecimento das condições necessárias à sua aquisição;

— o direito à interrupção da docencia que assegure os moldes contínuos de aquisição de uma e de outra;

— o direito a tal formação por parte dos professores que ainda a não possuem

4 — CONCLUSÕES

A não se encetar a luta neste sentido, a situação do ensino facilmente poderá ser recuperada por forças reaccionárias, que, fazendo da escola local privilegiado da sua própria reprodução, aproveitarão a insegurança pequeno-burguesa criada pelo avanço das lutas dos trabalhadores para impor o seu projecto autoritário de «reconstrução» capitalista dos aparelhos escolares.

Isolar as perspectivas reformistas de pacificação da escola burguesa e o esquerdismo separado do movimento de massas, integrar o trabalho político nas escolas no processo revolucionário de classe, criar os órgãos capazes de tomar a iniciativa (comissões revolucionárias de escola) ou intervir na coordenação das mesmas (o que implica a reformulação da estrutura sindical em bases efectivamente democráticas e não burocráticas), a par de experiencias exemplares de escolas de tipo novo controladas por órgãos de poder operário e popular, estabelecer os critérios correctos da preparação de professores — eis a alternativa susceptível de sanear a actual situação das escolas e avançar no caminho de um ensino ao serviço da libertação dos trabalhadores.

PLENÁRIO DAS CT DO GRUPO CUF APROVA:

MOÇÃO

Considerando que o Grupo C. U. F. foi o suporte principal do fascismo e continua a ser o maior suporte e baluarte da burguesia e da contra-revolução;

Considerando a grave situação económica e o perigo que daí advem para a Revolução Portuguesa, à qual é necessário responder com medidas concretas e ousadas tanto de ordem económica como de ordem política;

Considerando que uma destas medidas é a planificação da economia, o que é impossível e incompatível com a existência da propriedade privada dos meios de produção;

Conscientes de que devem contribuir com a sua força para o avanço decidido da Revolução, com vista à construção do Socialismo e da sociedade sem classes

As Comissões de Trabalhadores do Grupo C. U. F., reunidas em Plenário em 5/7/1975:

1. Exigem a imediata e completa nacionalização de todas as empresas que consti uem o chamado Grupo C. U. F..

2. Entendem que, dadas as suas responsabilidades na actual situação das empresas, a Administração do Grupo C. U. F., e nomeadamente a família Mello, deverá estar ao dispôr dos Trabalhadores até que sejam apuradas as suas responsabilidades e consolidadas as medidas agora adoptadas.

Igualmente, não deverão demitir-se das suas empresas e ausentar-se do País todos os dirigentes e quadros que os Trabalhadores considerem fundamentais para o bom andamento das suas empresas.

COMISSÃO COORDENADORA INTERCOMISSÕES DE TRABALHADORES DO GRUPO CUF

Assim, consciente da gravidade do momento actual esta Comissão Coordenadora Intercomissões de Trabalhadores do Grupo C. U. F., propõe que seja enviada aos órgãos do poder, uma moção, que consideram, deverá ser devidamente ponderada pelos mesmos órgãos:

Considerando que a única via que os trabalhadores desejam seguir é a via inequívoca de construção do socialismo científico,

Considerando que para isso e por isso, é necessário que sejam tomadas medidas urgentes e definitivas, sobre o sistema económico,

Considerando que as classes exploradoras e os seus lacaios, continuam impunemente a usufruir de posições privilegiadas, sem que até ao momento tenha sido abalada a sua situação económica,

Considerando ainda, todo o recrudescer da actividade contra revolucionária,

Os trabalhadores do Grupo C. U. F. exigem dos órgãos do poder político, uma acção decisiva e enérgica nos pontos da seguinte moção:

MOÇÃO

1 — Imposição à Assembleia Constituinte da tarefa exclusiva de elaborar uma Constituição que sirva os interesses da classe operária e restantes trabalhadores.

2 — Dissolução efectiva de partidos ou movimentos partidários, declaradamente contra revolucionários, caso do P D. C., C. D. S. e P. P. D..

3 — Demissão imediata do Governo de coligação, incapaz de governar de acordo com os interesses e aspirações da classe operária e restantes trabalhadores e sua substituição por um Governo unitário e patriótico.

4 — Imposição ao Governo a formar, de no prazo de um mês, elaborar o projecto verdadeiramente socialista (do socialismo científico) da planificação económica e da reestruturação do aparelho fascista e burocrático do estado e criacão em sua substituição de um aparelho popular.

5 — Política efectiva e imediata de austeridade às classes mais favorecidas com promulgação urgente de leis revolucionárias.

6 — Resolução imediata da reforma agrária.

Actuação decisiva sobre os «senhores da terra» e entrega desta aos seus verdadeiros donos — o POVO PORTUGUÊS.

7 — Estabelecimento a nível nacional do rendimento familiar máximo.

9 — Nacionalização imediata do comércio externo.

10 — Nacionalização imediata dos meios de produção.

13 — Actuação imediata e concreta sobre os capitais estrangeiros ainda existentes e fundamentalmente sobre as multinacionais.

16 — Desmantelamento imediato da Confederação da Indústria Portuguesa — C. I. P. — e do Movimento Dinamizador Empresa — Sociedade — MDE/S, órgãos de reorganização do capitalismo fascista, com um rigoroso inquérito às suas actividades.

17 — Imposição pública, à hierarquia da Igreja Católica, de regras rígidas de convivência e da clara subordinação ao poder político revolucionário dos trabalhadores, no que se refere a assuntos de carácter político.

18 — Julgamento popular imediato e sumário dos criminosos da ex-PIDE/DGS.

TODO O PODER À CLASSE OPERÁRIA E RESTANTES CLASSES TRABALHADORAS!

Barreiro, 5/7/75

Saudação ao novo Estado de Cabo Verde

No dia em que Cabo Verde assume o estatuto de nação independente, os militantes do Movimento de Esquerda Socialista estão com os seus camponeses, com os trabalhadores das cidades, com todo o seu povo. Com o povo de Cabo Verde, que desde há séculos tem sofrido a exploração desumana da sua força de trabalho, vítima das formas mais crueis do trabalho forçado, contratado para beneficio dos exploradores em colónias distantes, ou obrigado a deixar a sua terra para poder sobreviver.

NÓs sabemos que este dia foi possivel porque o povo de Cabo Verde soube resistir e empreendeu uma luta sem tréguas pela sua libertação, contra o domínio colonial, contra o terror fascista, contra a superexploração capitalista. Uma luta comum com a dos povos de Angola, de Moçambique, de S. Tomé e Principe, com a do próprio povo português, e sobretudo com a do povo irmão da Guiné. Uma luta que foi desenvolvida sob a direcção do P.A.I.G.C., expressão da vontade dos dois povos. Uma luta iluminada pelo pensamento e pela acção do camarada Amilcar Cabral, cobardemente assassinado pelo colonialismo, e que se tornou o simbolo da união dos povos da Guiné e de Cabo Verde. Uma luta que se mostrou capaz de derrotar as ultimas tentativas dos opressores, dizendo firmemente NÃO ao neo-colonialismo, NÃO aos referendos, NÃO aos partidos fantoches.

Nesta fase que se abre da construção nacional, o Movimento de Esquerda Socialista está certo que os povos de Cabo Verde e da Guiné e o povo português, nomeadamente as suas classes exploradas e oprimidas, hão-de encontrar-se juntos no combate ao imperialismo, por um mundo novo, liberto de toda a servidão.

UNIDOS VENCEREMOS!

LISBOA, 5 DE JULHO DE 1975

O SECRETARIADO DA COMISSÃO POLITICA NACIONAL

India — Repressão sobre as organizações populares

É de facto curiosa a forma com que tem sido tratada a crise indiana nos jornais portugueses, com breves e secos apontamentos informativos, sem qualquer tentativa interpretativa ou tomada de posição. Da mesma forma surpreende o silencio político mantido pelas forças reformistas, silencio que está longe de significar desinteresse ou ausencia de implicação, mas que indica o próprio embaraço de quem, jogando o reformismo — seja ele de que cariz for — se ve comprometido, porque descoberto.

Com efeito, os pretensos motivos de subversão e indisciplina alegados por Indira Gandhi, com a já conhecida instrumentalização dos apregoados «opostos extremismos» para decretar o estado de emergencia, mais não servem senão para ocultar a grave crise política e económica em curso, e a incapacidade demonstrada pelo Partido do Novo Congresso e pelas forças reformistas de lhe fazer face. E tão-pouco conseguem descomprovar a fome e a miséria, por um lado, a repressão violenta das lutas populares dos últimos anos, e a corrupção dos dirigentes por outro.

Os factos ocorridos recentemente na India — declaração do estado de emergencia, cancelamento das «liberdades», instauração da censura, repressão violenta de manifestações populares, proibição de 26 partidos políticos da oposição «da direita e da esquerda» (à excepção do P. C., pró-soviético), encarceramento de vários milhares de pessoas, entre as quais os líderes da oposição — são uma clara **declaração de falencia de estratégia** da «maior democracia do Mundo». De facto, não foi tanto a incriminação de Indira Gandhi, acusada pelo Supremo Tribunal de ter cometido irregularidades eleitorais em 1971 ao candidatar-se como deputada pelo Estado de Uttar Pradesh, e as manobras para a destituir conduzidas pelo chefe pacifista Jay Prakash Narayan (ex-discípulo de Gandhi e defensor da reforma agrária radical), que motivaram em última instancia o estabelecimento do estado de emergencia, mas sim as dificuldades em dar resposta às crescentes movimentações populares, que desde Janeiro de 1974 tem vindo a assumir proporções inquietantes para o regime, e também a incapacidade de encontrar saída para a crise económica.

Uma vez mais a repressão política é utilizada em nome da necessidade de resolver a crise económica. Uma vez mais as maquinações de direita (Partido Nacionalista e Partido Socialista) servem também para bater à esquerda (sobretudo o partido nascido de uma cisão no P. C. pró-soviético), matando dois coelhos de uma cajadada só.

O que está por trás de tão drásticas medidas, o apregoado clima de desrespeito pela autoridade e as denunciadas tentativas de divisão das Forças Armadas e de incitamento ao levantamento contra o Poder (corrupto e incapaz), não é só o desfazer do intrincado nó de interesses internacionais em causa, resolvido favoravelmente à União Soviética e contra os U. S. A. e China, mas é sobretudo o resultado do agravamento das relações internas — políticas, económicas e mesmo ideológicas — e a agudização das suas contradições: crescimento e consolidação da burguesia nacional, ultrapassando o sistema das castas, e insatisfação das enormes necessidades das massas populares.

O regime que Nehru consolidou, e que sua filha agora tenta gerir na mais perfeita continuidade evolutiva, conseguiu com efeito dotar o país da bomba atómica, mas foi incapaz de resolver o mais agudo problema de fome e de miséria à escala mundial. Arvora-se em arauto e herdeiro do mais lídimo pacifismo não-violento gandhiano, mas pratica sem escrúpulos o expansionismo anexionista. Diz-se progressista mas reprime brutalmente — recordem-se os mortos e presos de 1974, em particular os de Gujarat em Março — as massas populares. Proclama-se democrático mas acaba por não suportar a crítica política, mais que fundada, dos opositores (sobretudo da oposição dos grupos pacifistas e religiosos), e por desrespeitar escandalosamente os vereditos do poder judicial.

Em suma, um estado de emergencia tampão não pode mais fazer do que congelar uma situação que não tem saída dentro do actual quadro político, e que só a poderá ter na alternativa para a qual se parecem mover sempre cada vez mais largos estratos populares de massas, que requerem bem a solidariedade internacionalista das forças revolucionárias de todo o mundo.

Esquerda Socialista
jornal semanal — todas as 4.ª-feiras
Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista
Administração - Redacção Av. D. Carlos I - 128, Lisboa telefone 66 26 83
Composição e impressão Renascença Gráfica SARL Rua Luz Soriano, 44 Lisboa

AÇORES — a situação politica actual

A situação política actual nos Açores caracteriza-se pela continuação da escalada reaccionária.

Após o 6 de Junho, em que foram presos alguns elementos das F.L.A. de S. Miguel e Terceira, mantêm-se no seu posto o general Altino e assim se compreende que os detidos venham sendo soltos, ao mesmo tempo que a inoperância das autoridades civis e militares para entravarem a escalada imperialista é total!

Nos últimos dias, só em Angra, podemos assinalar:

— continuação das ameaças a militantes de esquerda com tentativa de agressão num caso (militante do M.E.S.));

— edição de panfletos diariamente distribuídos, alguns em pleno dia;

— continuação de inscrições murais contra-revolucionárias;

— distribuição do jornal «Comité Açores/75», impresso em New Bedford, de apoio à F.L.A.;

— exortação aos adeptos do P.P.D. e do P.S. à luta anticomunista e anti-M.F.A. e aos soldados a recusarem-se a embarcar;

— incitamento à destituição do governador que é «comunista».

O processo é em todo semelhante ao de Ponta Delgada.

Legalmente, as actividades da F.L.A. encontram cobertura no P.P.D. e no P.S. que falam na «calma» e «pacifismo» com que é preciso encarar os acontecimentos...

A nível popular tenta-se, a todo o custo, provocar a descrença no processo revolucionário. É frequente ouvir-se: «não foi com o Salazar e o Caetano, não é com o M.F.A. que a gente melhora a nossa vida. Pode ser que seja com a ajuda da F.L.A. e dos americanos!».

Enfim, as manobras imperialistas sofreram um primeiro embate mas preparam-se para dar uma nova chicotada (é bom nunca esquecer a importância estratégica dos Açores), no processo revolucionário).

As forças reaccionárias, têm os militantes anti-capitalistas açorianos oposto um enorme trabalho de consciencialização e organização populares, de combate às provocações contra-revolucionárias e de denúncia, às forças progressistas do M.F.A., da escalada imperialista.

Os textos que a seguir transcrevemos dão-nos a clara ideia do combate às provocações contra-revolucionárias e de denúncia da escalada imperialista que as forças populares travam contra as manobras reaccionárias.

A reacçâo imperialista

COMITÉ AÇORIANO 75

O Comité Açoriano 75, em perfeita comunhão de princípios com a F.L.A. e em perfeita identidade com os processos adoptados pela F.L.A. na luta pela independência dos Açores, vem junto de todos os açor-americanos, trazer a voz de liber ação dos Açores os seus comunicados, e afirmar que como a F.L.A. nós estamos dispostos a correr todos os riscos e a fazer todos os sacrifícios para que a independência dos Açores seja um facto.

Nós açor-americanos, acreditamos na verdade da nossa independência

TERCEIRENSE

És do P.P.D.? És socialista?

Não importa. O que importa é que és açoriano e como tal deves pensar. O comunismo anda a bater-te à porta. Acautela-te açoriano, fecha-lhe a porta não o deixes entrar.

Portugal está a seguir uma política que não foi escolhida por ti. O teu voto não serviu de nada. Estás a ser governado por representantes de uma minoria que se ter quer impor! E que cada vez está a por-te a pata mais em cima.

Já pensaste para onde vai o dinheiro que pagas pelos teus impostso?

Que benefícios tens tu visto desse dinheiro?

Temos que exigir a liberdade de vender os nossos produtos a quem melhor pagar por eles, bem como comprar a quem nos vender mais barato!

Para isso tens que exigir a tua autoderteminação! Para isso tens que fazer valer o que tu quiseste dizer quando votaste. Nós queremos a nossa terra só para nós! Não a queremos vendida aos comunistas, que se dizem defensores do povo mas só o escravisam!

OS COMUNISTAS JÁ MANDAM EM PORTUGAL!

Pensa nestes factos:

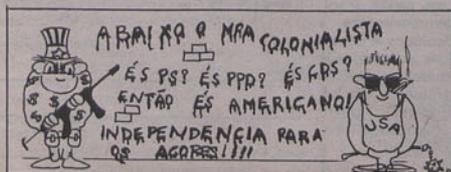
O jornal socialista «República» foi mais um que caiu nas mãos dos comunistas!

A emissora católica portuguesa (Rádio Renascença) foi ocupada à força pelos comunistas! Mais um ataque à Igreja católica!

Continuam a atacar o P.P.D. e começam a atacar o P.S. porque querem acabar com os partidos não comunistas!

Aqui nos Açores já se começou a sentir o peso da repressão comunista com as denúncias, as perseguições e as revistas aos automóveis, levadas a efeito com a ajuda do P. C., e do M.D.P./C.D.E. e do M.E.S.!

Como vês querem acabar com a democracia e a liberdade que nos foi prometida, a seguir querem acabar com a propriedade privada! Tu não terás direito a ter bens teus! O teu filho não poderá herdar aquilo que tu lhe quizeres deixar! O teu trabalho e os teus bens irão parar às mãos daqueles que não querem trabalhar e que querem viver à custa do teu trabalho!

Nunca mais poderás ver os teus amigos e familiares ausentes na América e Canadá nem receber aquilo que eles te possam querer enviar. Eles nunca mais poderão vir à sua terra!

A resposta popular

O CAMPONÊS

COMPANHEIROS:

Os trabalhadores rurais da ilha de S. Miguel, depois de terem feito várias reuniões para tratar da formação do seu Sindicato, tomaram consciência de que precisavam manter-se cada vez mais unidos e informados sobre a sua luta que tem como objectivo acabar com a exploração a que sempre foram sujeitos.

Por isso chegaram à conclusão que, além das reuniões que têm, a existência de um jornal onse sejam tratados e discutidos os problemas da agricultura em geral, é uma boa maneira de conseguir os seus fins Assim, fizeram «O Camponês».

Só se nos informarmos, se nos unirmos, se nos organizarmos e lutarmos juntos e em força, venceremos os senhores e as leis que fizeram de nós os escravos do sacho.

LUTEMOS PELA CRIAÇÃO DO NOSSO SINDICATO

Aqueles senhores que mais combatem o nosso Sindicato e que dizem que a nossa luta por melhores condições de vida vai arruinar a agricultura, nós respondemos:

Não somos nós, mas esses senhores que tem estado a arruinar a agricultura.

Não somos nós, os trabalhadores rurais, nem os rendeiros pobres, nem os pequenos agricultores.

Quem tem andado a arruinar a agricultura são os grandes proprietários e os grandes lavradores que se habituaram a viver sem nada fazer.

Nós, os trabalhadores rurais, estamos a organizar o nosso Sindicato para podermos defender os nossos interesses e lutar pelos nossos direitos.

Os trabalhadores rurais estão conscientes de que para conseguirem condições dignas de vida terão de lutar:

Pelo fim dos grandes proprietários que nada fazem e que vivem sugando o nosso trabalho.

Pelo fim dos intermediários que se aproveitam da falta de organização dos que trabalham a terra para comprarem e venderem com grandes lucros aquilo que a terra produz.

O TRABALHADOR

5 de Julho de 1975

Redacção e Administração

É PROPRIEDADE DE UM GRUPO DE TRABALHADORES — ILHA TERCEIRA

Por este factos se deduz de que os F.L.A. nada mais pretendem do que subtrair os Açores ao socialismo para os entregarem em bandeja aos ianques imperialistas das terras do Tio Sam. Eles próprios se descaem dizendo que não é possível uma verdadeira independência nacional para Portugal e muito menos para os Açores pois que precisamos do «apoio» dos Estados Unidos ou melhor das suas companhias nacionais e multinacionas que são elas próprias estados dentro de um Estado.

O próprio M.F.A. numa passividade incompreensível deixou os acontecimentos desenvolverem-se e tomarem vulto. Como foi possível um correspondente do RCA transmitir um comunicado de apoio e incentivo à F.L.A. e depois dizer que não se apercebera de imediatamente do conteúdo do mesmo. Muita lenta é a compreensão dos vira-casacas...

O que cabe aos trabalhadores é consciencializarem-se e abrirem os olhos para que não tornem a ser levados e enganados por grupos deste género e organizarem-se numa vigilância constante porque não serão Câmaras, nem Franças nem muito menos os meninos do Clube Micaelense e do Liz que lhes resolverão os problemas nem nunca será a independência que irá endireitar os Açores, mas sim a luta dos trabalhadores contra os seus exploradores e opressores.

Cartas dos emigrantes a denunciar a contra-revolução

Paris — a direita francesa de braço dado com o PS

O Comité de Paris do M. E. S. distribuiu à Imprensa (francesa) o seguinte comunicado:

Face ao «cuidado» que o jornal «Quotidiano de Paris» demonstra na «defesa» da liberdade de Imprensa em Portugal, publicando o jornal «perseguido» República, alegramo-nos com essa atitude do sr. Tosson que tem o mérito de mostrar aos leitores franceses da natureza desse jornal «socialista» (República).

Não nos deteremos sobre a questão da autenticidade do «documento» ultra-secreto publicado. Mas nesse domínio dos «segredos» e da provável utilização de serviços de informações estrangeiras, intrigas internacionais, chantagem política e «solidariedade» inter-imperialista, o P. S. de Mário Soares é perito não temos dúvidas.

O aspecto mais saliente da actuação do P. S. consiste na tentativa de investir seus êxitos eleitorais, obtidos graças ao pacto com o M. F. A., para conseguir ganhos políticos com recurso à chantagem com esse mesmo pacto e o M. F. A.

Nesse sentido recorre a toda uma série de processos ambíguos, demagogia, expedientes vários, com o objectivo de enganar as massas populares, desempenhando em Portugal um papel muito semelhante ao que com tanto êxito levou a cabo a Democracia de Frei, no Chile...

Eis, resumidamente a fábula que mos impingiu os amigos do sr. Soares:

Operários comunistas (leia-se P. C. P.) teriam ocupado a República, sob as ordens de Cunhal e de Moscovo, com a cumplicidade do COPCON.

República, «cujo nome é tão belo» (Miterrand) e cujo director, sr. Rego, seria um ardente «defensor» das liberdades.

A fábula oculta o facto de o sr. Rego, amigo do sr. Spínola e ministro da Informação no 1.º Governo Provisório ter, ele mesmo, encarado a «necessidade» de criar uma nova censura pouco depois do 25 de Abril 74 (ver Le Monde» dessa data). Claro que não se tratava então da «censura» dos trabalhadores, mas de uma censura «respeitável», ligada aos ex-generais fascistas da «Junta».

Eis algumas questões às quais os recentes «amigos» das liberdades em Portugal dificilmente poderão responder.

O. M. E. S. entende que a Informação não pertence aos patrões da Imprensa, nem aos conselhos de redacção, nem aos jornalistas, nem mesmo aos operários que trabalham na Imprensa. Tal como o que acontece com as nacionalizações, o controlo da Informação é uma tarefa que diz respeito a todos os trabalhadores e de todos os que estão empenhados no avanço do processo revolucionário em Portugal.

Na nossa perspectiva, a questão da Informação só poderá ser resolvida no quadro do desenvolvimento das formas **Poder Popular**, como expressão desse mesmo poder, origem e princípio de uma nova sociedade. Deste modo, da mesma forma que é necessário que o controlo das nacionalizações seja levado a cabo por todos os trabalhadores, também só as formas nascentes do poder dos trabalhadores permitirão um controlo tão directo quanto possível sobre a Informação.

O M. E. S. apoia, portanto, a luta dos trabalhadores do República, bem como a dos trabalhadores do Rádio Renascença, não apenas por serem lutas «autónomas» ou «de base» ou por levantarem a questão do poder, mas sobretudo porque visam retirar às forças contra-revolucionárias o controlo dos meios de Informação contribuindo, deste modo, para os colocar, AO SERVIÇO DOS TRABALHADORES:

COMITÉ DE PARIS

Londres

Camaradas,

A razão que me leva a escrever-vos, é para dar a conhecer o que se passa em relação à Embaixada/Consulado de Portugal em Londres.

O fascismo declarado ainda lá habita, as caras são quase as mesmas, tendo havido unicamente umas poucas «substituições», substituídos por indivíduos de um único Partido...

Será que no Ministério dos Negócios Estrangeiros, só há funcionários militantes do P.S.? Defendendo esse social-democrata sem escrúpulos Mário Soares? Parece-me bem que sim, pois os «substitutos» dos órgãos oficiais portugueses em Londres vem todos com o rótulo P.S.

Ou será que não há ninguém aí (progressistas) interessados em trabalhar em Londres? Senão, porque é que não é dada a possibilidade aos emigrantes daqui, revolucionários e com vontade de trabalhar pela revolução socialista em Portugal de trabalharem na Embaixada, Consulado, Casa de Portugal, etc.

Mas a última, foi a designação de António Neves (irmão de José Neves, um dos «afilhados» do sr. Soares) para o lugar de vice-consul... enfim mais um P.S. na Embaixada/Consulado do Partido Socialista Portugues... pois se Portugal está no caminho do socialismo, onde estão os verdadeiros revolucionários portugueses no estrangeiro? Não podem existir somente em Portugal! E as representações portuguesas no estrangeiro?... ficam povoadas de burguesia para agradar aos governos aonde estão colocadas? NÃO!

O P.S. está a ir longe demais; com mentira, intriga, falsas declarações à imprensa estrangeira, aliança com as direitas, reaccionarismos, 1.º de Maio, caso República, caso Rádio Renascença, e com a tomada de lugares chaves nas representações de Portugal no estrangeiro.

Camaradas, é mais do que urgente desmascarar essa pandilha de «mascarados», e por a claro todas as jogadas capitalistas, em que a cúpula do P.S. está envolvida.

Pena é que aqui, à emigração portuguesa, não seja ainda suficientemente unida, para podermos seguir o exemplo revolucionário de Lausana...

Pelo saneamento imediato, dos fascistas e social democratas nas estruturas oficiais portuguesas de Londres!

Unidade da emigração portuguesa de Londres na Revolução Socialista!

Em frente pelo Socialismo para o Comunismo!

Carlos Ferreira da Silva
65 Malet St.
WC1

Grenoble

Humanité Rouge ao lado dos reaccionários

De um grupo de trabalhadores portugueses em França, apartidários, recebemos um comunicado que divulgaram nesse país, como repúdio a uma autêntica campanha contra o processo revolucionário português, promovida por dois grupos esquerdistas pseudo-revolucionários, O. C. I. e Huma Rouge (M-L), este do tipo A. O. C.-P. C. P. (M-L).

A O. C. I. tenta lançar o descrédito sobre o Movimento Popular de Massas e sobre o M. F. A., no qual predominam correntes revolucionárias desde o 11 de Março. Este não passaria do braço armado do P. C. P. monstro insaciável devorador de liberdades democráticas. Por outro lado, identificam o P. S. com o P. S. francês, o P. C. P. com o P. C. F., a Intersindical com a C. G. T., tentanto transpor para França situações completamente diferentes.

Os senhores do Huma Rouge, a exemplo dos seus irmãos A. O. C., tomam sistematicamente posições pró-capitalistas e anti-socialistas, deturpando a realidade sem a menor hesitação (atribuem por exemplo o defunto decreto antigreve ao actual Governo) quando ele foi decretado no tempo de Spínola).

O «caso República», claro, é tema favorito. Fazem coro com o P. S. (de cá) e com o que de mais reaccionário existe em França, utilizando todos os estafados e falsos argumentos a que já estamos habituados, fazendo crer que esta é a GRANDE QUESTÃO em Portugal, escondendo completamente os verdadeiros problemas:

— Como desenvolver e coordenar os órgãos de base do Movimento Popular nas fábricas, nos campos e nos quartéis.

— Como inserir neles o M. F. A.

Terminam estes trabalhadores portugueses em França declarando que existe em Portugal um processo revolucionário, traduzido pela generalização de órgãos de base que aspiram ao Poder Popular e também pela crítica da «democracia representativa», em proveito da democracia de base, socialista, e perguntando a quem serve o escamotear destas questões.

EXÉRCITO POPULAR

Vigilância sobre os oficiais duvidosos, reaccionários e militaristas!

Camaradas, Soldados, Marinheiros,
Oficiais progressistas e revolucionários:

A nossa luta é só uma. Desde o princípio do processo que as Forças Armadas não têm parado de avançar. Primeiro foi a força das armas quem derrubou o velho e podre regime fascista. Não tenhamos dúvidas que foi a força das armas! É sempre essa força quem tudo resolve na história da luta entre os trabalhadores explorados e as empresas exploradoras. Não foi com cravos que o fascismo caiu. Nem será com sorrisos nem com ponderação nem com apertos de mão que o capitalismo será banido de uma terra. Será com a força, com a violência que os explóradores e os priveligiados de todas as espécies e matizes perderão de vez o poder que lhes permi e conspirar espreitando a oportunidade para impôr de novo uma ditadura que os defenda da ofensiva popular.

Isto ajuda-nos a perceber a nossa importância, o papel dos nossos braços armados e de uma consciência de classe também explorada e oprimida. Sem nós, Soldados, Marinheiros e Oficiais progressistas e revolucionários não teria sido possível o 25 de Abril, da mesma somos imprescindíveis para os novos passos necessários à implantação do novo poder — o Poder Popular, força indestrutível que vencerá de vez da terra o poder dos exploradores. Mas agora é mais difícil. Não se trata só de deitar abaixo mas também de construir um novo aparelho de Estado que nasce sob o impulso das lutas, e da tomada de consciência do proletariado. Mas isso, dizem alguns, e lá com a classe operária e com os camponeses! Nós não temos que nos meter num lugar de destaque ou de vanguarda, não nos podemos substituir ao proletariado! Isto é Verdade, mas só em parte!

É verdade porque uma sociedade, sociedade Socialista, só pode assentar na base da vontade organizada dos operários das cidades e dos campos, que são a classe que tudo produz e que portanto tudo deve controlar na sociedade nova que vão construir. O Estado proletário encarnará a força demolidora das classes produtoras que na sociedade capitalista eram exploradas e oprimidas por uma maioria de capitalistas. Assim foi em todas as revoluções que a História conhece. Mas é verdade também que cada revolução tem as suas próprias leis as suas características próprias. Em Por ugal as Forças Armadas representam uma enorme força que é preciso colocar ao serviço da Revolução. É esse o nosso papel de Soldados, Marinheiros, e Oficiais progressistas e revolucionários! Lutar para colocar as Forças Armadas ao serviço dos trabalhadores. Mas no concreto como se consegue isto?

Consegue-se

1 — criando em todos os quartéis Assembleias de Delegados de Unidade e lutando pelo seu funcionamento democrata.

2 — colocando os quartéis ao serviço do Povo, incentivando a resolução dos problemas que as populações diariamente denunciam, quando se dirigem a nós;

3 — indo lá ver com cs próprios olhos esses problemas, arrancando as populações para a organização de assembleias de local de trabalho, bairro, aldeia, rua etc.. ajudando à formação de estruturas democráticas que representem os interesses das populações: comissões de Muradores, Trabalhadores, Conselhos de Aldeia, etc..

4 — não admitir nunca que à cabeça da organização popular fiquem representantes das juntas de freguesia, Camaras e Governos Civis, pois isso nunca poderá levar a resolução dos problemas do Povo mas sim à continuação da burocracia e a um caminho que vai contra a libertação dos trabalhadores;

5 — manter uma afectada vigilância sobre os oficiais duvidosos, reaccionários ou militaristas colocando-os face a factos consumados e ultrapassando-os na resolução dos problemas concretos das populações;

6 — impedir as tentativas de profissionatização do Exército que levaria à criação de uma elite, desligada mais tarde ou mais cedo do Povo, com espírito de casta e que acabaria por reprimir o próprio Povo, e em seu lugar defender sempre a necessidade profunda de um **Exército Popular** onde haja uma verdadeira unidade dos Soldados, Marinheiros e Oficiais progressistas e revolucionários com os trabalhadores em luta pela sua emancipação.

Só cumprindo estas tarefas com energia e espírito de militância se poderá avançar para a fusão do M.F.A. com o Movimento Popular de Massas; só assim seremos capazes de fazer a defesa armada do processo revolucionário assegurando à ligação permanente da força da vontade organizada dos trabalhadores e da força das armas;

Lutar, criar Poder Popular!

Ligar os órgãos de Poder POPULAR ENTRE SI!

Ligar as nossas estruturas democráticas (ADU) em cada zona a esses órgãos!

Criar órgãos de direcção estáveis ao nível local e regional com poder de Governo efectivo!

Impedir o controle partidário nestes órgãos de Governo!

Estas são as tarefas dos Soldados, Marinheiros e Oficiais progressistas e revolucionários!

O ESTADO PROLETÁRIO ENCARNARÁ A FORÇA DEMOLIDORA DAS CLASSES PRODUTORAS!